



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 8 de junho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Ensaio..... ECONOMIA	2
JORNAL DO COMMERCIO IBGE	3
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Contexto	4
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO Plano Diretor	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	6
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial	7
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Empresários da indústria criticam proposta de revisão do Plano Diretor	8
POLITICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Com mudanças em impostos, BMW e Land Rover brecam fábricas no País	9
ECONOMIA	

CAPA

📅 Quadrimestre

Produção industrial cai e Amazonas fica em quarto lugar

Página A6

Ensaio

Empresas firmam parceria para testar qualidade de materiais plásticos

Intenção é comparar a metodologia com a de outros laboratórios e avaliar a performance dos envolvidos

O processo de avaliação da segurança de matérias-primas plásticas utilizadas na fabricação de produtos eletroeletrônicos, tais como: gabinetes de computadores, televisores e carenagens de aparelhos celulares ganha força com uma parceria para realização de ensaios interlaboratoriais, entre a Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica), o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e apoio do CTI de Campinas/SP. Representantes destas instituições, todas ligadas à rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (PDE) do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) estiveram reunidos até ontem na sede da Fucapi, em Manaus, para discutir a metodologia para a aplicação desses testes em conjunto.

“O Centro Geral de Serviços Tecnológicos da Fucapi possui uma área de ensaios laboratoriais. A ideia desse ensaio interlaboratorial é comparar a nossa metodologia com a desses outros centros de alto nível, reconhecidos internacionalmente. Assim será feita uma medição cega de amostras, pelos três laboratórios e comparados os resultados obtidos. A intenção é avaliar a performance dos participantes e qualificar ainda mais o trabalho aqui desenvolvido”, explicou o assessor da Coordenação do Centro Geral de Serviços Tecnológicos da Fucapi, José Zanirato.

As análises das mostras de materiais buscam atender à diretiva RoHS (Restrição de Certas Substâncias Perigosas) uma diretiva europeia que limita a quantidade de algumas substâncias nocivas à saúde, normalmente usadas em processos de fabricação de produtos, são elas o cádmio (Cd), mer-

cúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb). Esta norma atesta as matérias-primas que serão transformadas pela indústria de eletroeletrônicos.

“O IPT possui um centro de metrologia acreditado pelo Inmetro e que compõe três laboratórios. Além dos nossos ensaios, promovemos os ensaios interlaboratoriais, que visam avaliar a performance dos laboratórios participantes, o monitoramento contínuo, a avaliação dos profissionais, a identificação dos problemas e proposição de melhorias. Esse tipo de ensaio dá ainda mais confiabilidade e segurança aos laboratórios envolvidos”, explicou o responsável pelo laboratório de análise química do IPT, Miguel Papai Jr. O processo de avaliação das amostras deve ser iniciado ainda este ano, dentro de 90 dias.

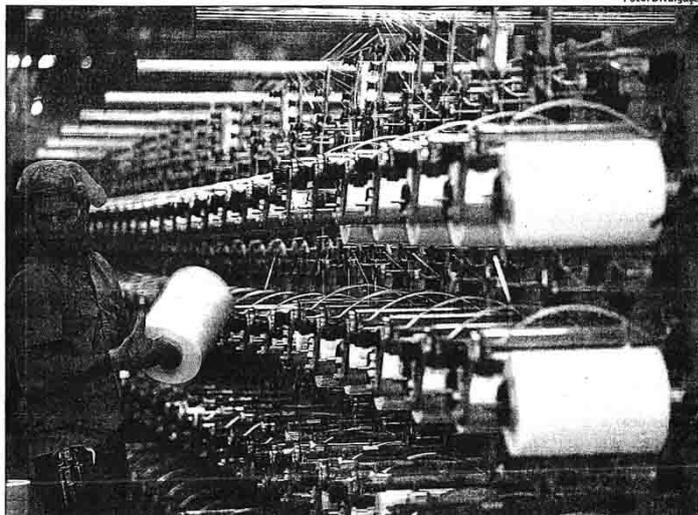


Foto: Divulgação

Processo de avaliação das amostras deve ser iniciado ainda este ano, dentro de 90 dias

IBGE

Produção industrial recua 4,5%

Dados do quadrimestre confirmam o ano ruim para a atividade econômica mais relevante no Estado

Foto: Walter Mendes

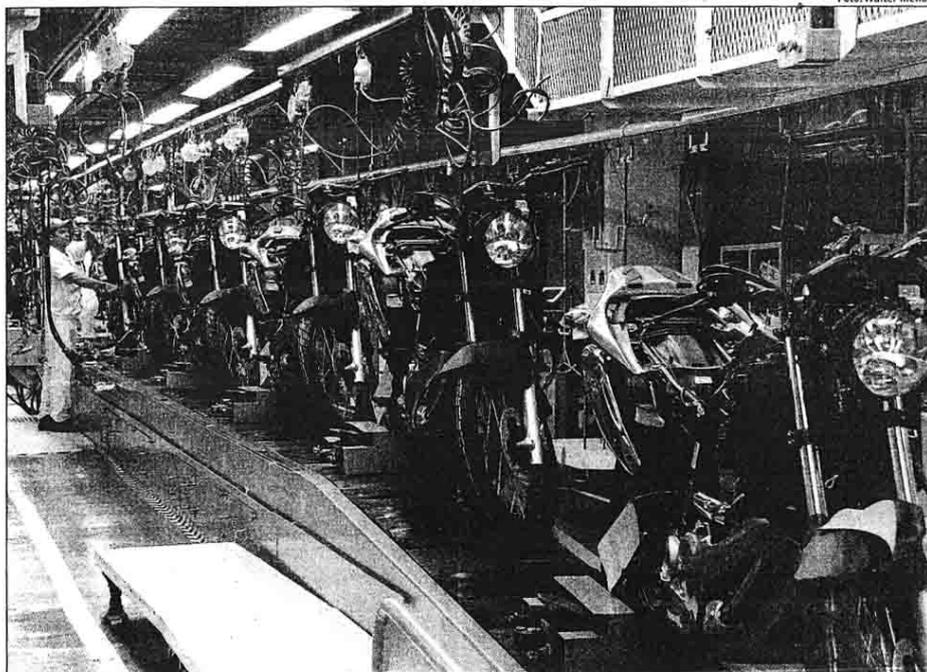
Por Juliana Geraldo

A produção industrial do Amazonas recuou 4,5% no primeiro quadrimestre do ano, o quarto pior resultado entre os Estados pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O desempenho do mês de abril foi ainda pior, com queda de 5,8% em relação a março e 11,8% na comparação com abril do ano passado, a maior queda desde março de 2011, quando a produção industrial desacelerou 14,6%. Dessa forma, o resultado de abril deu ao Amazonas, a última colocação entre as 14 localidades apuradas.

Nove das onze atividades registraram queda na produção em abril, entre elas, equipamentos de transporte (-19,4%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-9,9%) e máquinas e equipamentos (-29,8%). As reduções significam desaceleração na fabricação de motocicletas e suas peças, telefones celulares, televisores, aparelhos de ar-condicionado e fornos de microondas. Apenas os setores de alimentos e bebidas e de produtos químicos obtiveram bons resultados com crescimento de 3,9% e 46,2%, respectivamente.

Já no acumulado do ano, oito atividades anotaram retração. A principal foi a indústria de máquinas e equipamentos, com



Setor de duas rodas mais uma vez contribuiu para resultado negativo no segmento industrial amazense

recuo de 21,4% causado pela queda na produção de aparelhos de ar-condicionado, fornos de microondas, motocicletas e suas peças, DVDs, relógios, preparações em pó e em xarope para elaboração de bebidas e lâminas de barbear.

Os três ramos que apontaram

crescimento foram o refino de petróleo e produção de álcool (13,8%), produtos químicos (37,8%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (1,1%), com a produção de gasolina automotiva, o primeiro setor, oxigênio, no segundo, e de televisores no

terceiro.

Brasil

No Brasil, a produção industrial caiu 2,8% entre janeiro e fevereiro deste ano. Sete dos 14 locais pesquisados registraram queda. As maiores reduções de ritmo foram observadas no

Amazonas (de 7,8% no acumulado do período em 2011 para -4,5%), seguido do Rio de Janeiro (de -1,8% para -7,5%) e do Paraná (de 11,6% para 6,2%).

Em abril, a retração foi de 0,2% frente a março e de 2,9% na comparação com abril do ano passado.

INDÚSTRIA Em abril (%)

Queda em 12 dos 14 locais pesquisados

REGIÃO	ABR11- MAR12	ABR12- ABR11	ANO	12 MESES
Amazonas	-5,8	-11,8	-4,5	3,0
Pará	4,2	3,0	-0,1	3,4
Região Nordeste	-0,7	-0,8	3,2	-1,2
Ceará	-4,7	-3,2	-3,7	-9,0
Pernambuco	-0,6	3,9	5,2	3,5
Bahia	-0,3	-1,4	5,6	0,1
Minas Gerais	-0,1	-0,7	-1,4	-1,1
Espírito Santo	-0,2	-4,4	-2,9	1,9
Rio de Janeiro	-2,9	-9,4	-7,5	-3,4
São Paulo	-0,4	-3,8	-5,1	-1,8
Paraná	-7,0	2,4	6,2	7,8
Santa Catarina	0,3	-2,3	-5,1	-6,1
Rio Grande do Sul	-2,4	-1,7	1,1	1,7
Goiás	-7,6	15,1	17,9	13,4
BRASIL	-0,2	-2,9	-2,8	-1,1

(*) Com ajuste sazonal

FONTE: IBGE

© GRAFFO

Contexto

ARTICULAÇÃO

A deputada Rebecca Garcia (PP/AM) e o senador Romero Jucá (PMDB/RR), relatores da MP 563/2012, estão articulando com o governo federal a aprovação da emenda que estende os incentivos da Sudam e da Sudene até 2018. Esses incentivos são considerados de grande importância para instalação de novas empresas nas regiões Norte e Nordeste.

Plano Diretor

Indústria é contra a proposta

Em trâmite na Câmara Municipal de Manaus (CMM), o novo projeto do Plano Diretor da capital gerou insatisfação por parte dos empresários da indústria. Em reunião na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), representantes questionaram a falta de medidas que contemplem o setor.

Para o presidente da Fieam, Antônio Silva, a CMM deve considerar a opinião das entidades de classe que contribuem para a sustentabilidade financeira da capital e do Estado. "Não vamos ficar calados quanto a esse projeto, que não leva em consideração os pleitos da indústria amazonense. As entidades se reunirão para propor um plano que tenha o apoio coletivo da indústria, comércio e sociedade", disse.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-AM), Eduardo Lopes, a primeira proposta sobre o documento foi discutida no início do ano, na qual a indústria esteve presente nas reuniões com técnicos do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb).

Lopes informou que a Fieam e os sindicatos patronais estão se articulando para reivindicar as propostas já discutidas no primeiro projeto.

CAPA

Indústria reage contra mudanças que a Prefeitura quer fazer no Plano Diretor

Segundo entidades de classes, Executivo municipal não ouviu empresários antes de propor alterações encaminhadas à Câmara. Taxa do lixo e cobrança de poços também foram questionadas. **POLÍTICA PÁG 4**

Editorial

A sociedade e a surdez

Representantes da indústria e do comércio do Amazonas se levantaram ontem contra as alterações que a Prefeitura de Manaus deseja fazer no Plano Diretor da capital. Responsáveis por gerar emprego, renda e contribuir com impostos, eles reclamam que não foram ouvidos nas discussões das soluções para o futuro da cidade.

Segundo os empresários, eles apresentaram para os institutos da Prefeitura envolvidos com o desenvolvimento do novo Plano Diretor diversas propostas de melhorias para a capital, levando em consideração a parte urbanística, social e econômica. Nenhuma delas foi incorporada aos documentos que o Executivo municipal enviou para a Câmara e que tramitam sob análise dos vereadores. Eles se dizem excluídos e enganados.

Os empresários também reclamam da nova taxa para o lixo industrial produzido em Manaus, que teve aumento de

As propostas dos empresários não foram incorporadas aos documentos que o Executivo municipal enviou para a Câmara.

até 1.500%. Outro protesto é em relação a um novo tributo sobre aqueles que mantêm poços artesanais, seja para consumo ou para uso industrial. Para alguns, a soma destes fatores e o reajuste torna negócios praticamente inviáveis e terá que ser repassada para o consumidor, em última instância.

É esperar que esta manifestação da indústria e do comércio tenha resultado e que a Prefeitura não se faça de surda.

A grita dos empresários expõe duas situações. A primeira é a falta de diálogo da gestão municipal com a sociedade. Os empresários, da indústria e do comércio, são representantes de um grupo que movimenta a economia, contribuindo com a sociedade na geração de trabalho e renda, e merece ser ouvido, tanto quanto qualquer outro

setor que tenha interesse no futuro da cidade. A Prefeitura, que já não mantém diálogo corrente com outros setores, se mostra surda a esta parcela importante da sociedade. O segundo é a reorganização das entidades empresariais em torno de temas de interesse coletivo. Se por uma parte eles buscam melhorias para o setor privado, os reflexos destas melhorias atingem o restante da sociedade e se tornam, assim, salutares.

É esperar que esta manifestação tenha resultado e que a Prefeitura não se faça de surda ante os clamores da coletividade em temas tão importantes quando o Plano Diretor de Manaus.

Empresários da indústria criticam proposta de revisão do Plano Diretor



OPOSIÇÃO X SITUAÇÃO
O Plano Diretor tem sido motivo de polêmica na Câmara Municipal de Manaus

Empresários do ramo da indústria reunidos na sede da Fieam, na última quarta-feira, decidiram procurar os vereadores para propor mudanças na proposta de revisão do Plano Diretor de Manaus

FRASE



Antônio Silva. Presidente da Fieam

Não vamos ficar calados quanto a esse projeto que não leva em consideração os pleitos da indústria amazonense. As entidades de classe estarão se reunindo para propor um plano que tenha o apoio coletivo"

Sobre o Plano Diretor de Manaus, em discussão na Câmara Municipal.

FOTO Divulgação/Fieam

MANAUS

A proposta de revisão do Plano Diretor de Manaus, que chegou à Câmara Municipal no mês passado, foi criticada por empresários da indústria em reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), na última quarta-feira. De acordo com o presidente da Fieam, Antônio Silva, os vereadores da Câmara Municipal de Manaus (CMM) devem considerar a opinião das entidades de classe, que contribuem para a sustentabilidade financeira da capital e do Estado do Amazonas.

"Não vamos ficar calados quanto a esse projeto que não leva em consideração os pleitos da indústria amazonense. As entidades de classe estarão se reunindo para propor um plano que tenha o apoio coletivo



José Nasser. Ex-presidente da Fieam

Essas decisões afetam os interesses da indústria. Vamos tomar providências, pois não estamos de acordo com as medidas incoerentes"



da indústria, comércio e da sociedade em geral", disse Silva.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-AM), Eduardo Lopes, a primeira proposta sobre o Plano Diretor, discutida no início do ano, teve a participação da indústria nas reuniões com técnicos do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb). "Mandamos sugestões e temos registro deste trabalho conjunto da indústria, que contribuiu com a formação do Plano Diretor. Porém, devido à

falta de audiências necessárias para a validação do projeto, o documento foi refeito e desconsiderou as nossas demandas, prejudicando todo o setor produtivo", afirmou Lopes.

No final de maio, o presidente da CMM, Isaac Tayah, entregou a Lopes o projeto do Plano Diretor revisado e não constavam as sugestões ponderadas nas discussões e documentos formulados pela indústria.

Lopes informou que a Fieam e os sindicatos patronais já estão se articulando pa-

ra reivindicar ajustes ao projeto, atendendo aos anseios da indústria e da sociedade como um todo. Os empresários já se mobilizam para tentar vencer os vereadores da importância de "alinhar as decisões políticas com a classe produtora".

"Marcamos reuniões para a próxima semana com o propósito de definir estratégias e novas sugestões à CMM quanto ao Plano Diretor. Estamos trabalhando com um escritório de arquitetura e um escritório jurídico para nos subsidiar

quanto às nossas reivindicações que serão tratadas na Câmara", explicou Lopes.

Lixo e água

Além do Plano Diretor, os empresários criticaram a portaria de resíduos sólidos e a cobrança de taxa para poços artesianos. Na avaliação do ex-presidente da Fieam José Nasser, as medidas da Prefeitura de Manaus impactam negativamente no desenvolvimento da indústria local.

"Essas decisões afetam os interesses da indústria. Vamos tomar providências, pois não estamos de acordo com as medidas incoerentes da cobrança de tarifas para poços de água e nem com a portaria de resíduos sólidos", disse Nasser.

A assessoria do presidente do Implurb, Manoel Ribeiro, responsável pelo Plano Diretor, disse que ele só vai falar sobre o assunto na segunda-feira (11).

Com mudanças em impostos, BMW e Land Rover brecam fábricas no País



QUEDA DE ESTAÇO
Má na opinião do governo
maior problema assombra as
montadoras das indústrias

Técnicos do governo admitem estudar uma **flexibilização no regime automotivo** adotado pelo País, especialmente no momento em que mais se precisa de investimentos para crescer.

TEXTO Agência Brasil
FOTO Christof Stachle/AFP/23/03/12 e
Divulgação

BRASÍLIA

Brasil corre o risco de perder mais de US\$ 3 bilhões em investimentos de montadoras em função das restrições impostas pelo novo regime automotivo.

Grandes empresas, como BMW e Land Rover, que pretendiam trazer linhas de produção para o mercado nacional, decidiram colocar esses projetos em banho-maria e podem até mesmo deixá-los no papel por um bom tempo.

O maior problema encontrado pelas empresas está na alta carga tributária que foi

imposta para o ingresso de veículos importados no Brasil.

Flávio Padovan, presidente da Land Rover e que também responde pela Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos (Abeiva), explica que qualquer montadora que tenha planos de trazer uma linha de montagem para um país começa o projeto importando partes, peças e até os carros prontos. Mas, no novo regime, que exige que as montadoras tenham logo de início 65% de conteúdo nacional em seus veículos, essa operação se tornou excessivamente cara.

Ele lembrou que, no caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a alíquota que já era de 25%

normalmente — foi elevada em 30 pontos percentuais, chegando a 55%. Isso sem falar no Imposto de Importação, de 35%; no PIS/Cofins, de 11,6%, e no ICMS, de 12%.

Ele destacou que, além de deixar de receber investimentos que poderiam gerar empregos, o Brasil pode acabar perdendo também na área de inovação. O mercado nacional é forte na produção de carros populares, mas ainda não possui muita tecnologia para veículos de alto padrão.

A BMW garante que não desistiu de investir os US\$ 600 milhões que havia anunciado e que não está descartada a intenção de fazer uma linha de montagem no Brasil. No entanto, admite que a ins-

tabilidade provocada pelo novo regime afetou os planos da empresa. "Já existem algumas cadeias de fornecedores de autopeças, mas outras precisam ser desenvolvidas, principalmente para carros desse padrão", admitiu um funcionário da montadora.

O setor automotivo brasileiro tem sido um dos principais beneficiados. Este ano, a equipe econômica fez mais uma redução do IPI para veículos e esta semana elevou o tributo para motos. No segundo caso, o objetivo é restringir os produtos importados, uma vez que a maior parte da produção brasileira de motos está concentrada na Zona Franca de Manaus, onde não há incidência de IPI.

FRASE



Flávio Padovan.
Presidente da
Land Rover e da
Abeiva

Todas as empresas que se instalaram no Brasil começaram da mesma forma. Primeiro importaram e depois nacionalizaram sua produção"

Ao defender as importações durante a fase de instalação no País.

FRASE



José Curi.
Presidente da
Chery Brasil

Só com a fábrica aqui é que poderemos continuar competitivos. A fábrica deve ficar pronta no último trimestre do ano que vem"

Ao explicar que o regime não é um problema para a empresa.